

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E OBJECTO DA MATÉRIA

1. Direito individual do trabalho
2. Direito colectivo do trabalho
3. Conceito de relações laborais
 - 3.1. As fontes de regulamentação colectiva
4. Os ciclos políticos das relações laborais nas últimas três décadas
 - a) I Ciclo Político (1974/1985): o período da democratização e da transição
 - b) II Ciclo Político (1985/1995): a fase da modernização, da internacionalização e da reprivatização
 - c) III Ciclo Político (1995/2002): a era da cidadania e da prioridade atribuída ao social
 - d) O IV Ciclo Político (2002/2008): período de redução das despesas públicas e do novo Código do Trabalho

CAPÍTULO II

AS INSTITUIÇÕES DE ORDEM INTERNA PRESENTES NAS RELAÇÕES LABORAIS: SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES, COMISSÕES DE TRABALHADORES E MINISTÉRIO DO TRABALHO

1. Introdução
- Secção I – o Sindicalismo
2. Breve referência histórica – o direito de associação sindical na história legislativa portuguesa
 - 2.1. Monarquia Constitucional (1820-1910)
 - 2.2. A I República (1910-1926)
 - 2.3. O Estado Novo (1926-1974)
 - 2.3.1. A questão do associativismo sindical
 - 2.3.2. Alguns aspectos das relações laborais no Estado Novo
 - 2.4. A III República (a partir de 1974)
3. O associativismo sindical ao longo dos ciclos políticos: o I Ciclo Político
 - 3.1. Da tradição corporativa à liberdade sindical
 - 3.2. O quadro legal posterior e a evolução dos sindicatos
 - 3.3. A questão da unicidade e da pluralidade sindical
 - a) Fase do caos sindical ou da inexistência de regulamentação
 - b) Fase da unicidade sindical
 - c) Fase da pluralidade sindical
 - 3.3.1. A C.G.T.P. apresenta uma reclamação contra o Governo português
 - 3.3.2. O corolário lógico do princípio da pluralidade sindical
 - 3.4. A percepção dos sindicatos por parte dos gestores das empresas
4. O II Ciclo Político: o impacto do neoliberalismo nos organismos representativos dos trabalhadores
 - 4.1. O associativismo sindical
5. O III Ciclo Político: o sindicalismo na era da globalização – a natureza do novo fenómeno sindical em Portugal
 - 5.1. A resposta sindical na era da globalização
6. Um novo fenómeno sindical: o sindicalismo independente – das origens até ao aparecimento de uma estrutura agregadora
 - 6.1. O primeiro sindicato independente de um grupo económico

- 6.2. Os grandes desafios do sindicalismo independente
- 7. O IV Ciclo Político: o empenho na reforma legislativa laboral
 - 7.1. A evolução da sindicalização em Portugal e na Europa
- 8. O conceito e conteúdo da liberdade sindical
- 9. A actividade sindical na empresa
 - 9.1. A determinação do número de delegados sindicais no interior das empresas
 - 9.2. O apuramento dos membros da direcção sindical
 - 9.3. Crédito de horas para o exercício de funções sindicais
 - 9.4. Outras regalias sindicais
- 10. Níveis de organização sindical
 - 10.1. A estrutura interna e o modo de funcionamento das confederações sindicais
- 11. Semelhanças e diferenças entre as duas principais centrais sindicais
 - 11.1. O tipo de sindicalismo adoptado pelas duas centrais sindicais nacionais
 - 11.2. Modelos distintos de abordagem negocial

Secção II – Associativismo patronal

- 12. Introdução: a origem das actuais confederações de empregadores
- 13. O I Ciclo Político: de uma tática defensiva a uma estratégia ofensiva
- 14. O II Ciclo Político: o paradigma da empresa portuguesa
 - 14.1. Um associativismo empreendedor e a recessão económica
- 15. O III Ciclo Político: o direito das entidades empregadoras a participar na elaboração da legislação do trabalho
 - 15.1. A natureza e o alcance da lei regulamentadora
- 16. A evolução das associações de empregadores, a sua repartição geográfica e por sectores económicos
- 17. O IV Ciclo Político: a semelhança estrutural entre o associativismo dos empregadores e dos trabalhadores
 - 17.1. As associações de empregadores neste período (2003-2006)
- 18. As atribuições das actuais confederações de empregadores
- 19. A estrutura e organização interna de duas confederações de empregadores
- 20. Níveis de organização das associações empregadoras
- 21. A clássica questão da unificação do associativismo empresarial

Secção III – A Comissão de Trabalhadores

- 22. Introdução
- 23. Conceitos Básicos
- 24. A Comissão de Trabalhadores no I Ciclo Político
 - 24.1. Fundamento para a regulamentação tardia destas comissões
 - 24.2. Informação estatística sobre as comissões de trabalhadores
- 25. Flexibilização da realidade sociolaboral: a função das comissões de trabalhadores no II Ciclo Político
 - 25.1. A repartição geográfica destas comissões de trabalhadores
- 26. As comissões de trabalhadores no III Ciclo Político
 - 26.1. O atropelo dos direitos das comissões de trabalhadores: uma queixa ao Provedor de Justiça
- 27. A função da comissão de trabalhadores no IV Ciclo Político
- 28. As limitações às prerrogativas dos membros das comissões de trabalhadores
 - 28.1. Limitação qualitativa
 - 28.2. Limitações de natureza quantitativa

29. As reuniões gerais de trabalhadores e as instalações adequadas para o exercício das suas funções

29.1. O crédito anual de horas numa empresa com vários turnos

30. Comissão de Trabalhadores *versus* Sindicato: um sistema dualista

31. O futuro destas comissões

Secção IV – A Administração Pública

32. Introdução

33. O Ministério do Trabalho: alguns dados históricos

33.1. Atribuições do Ministério do Trabalho

33.2. O quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e a trajectória evolutiva das despesas sociais

34. A proporção do Orçamento do Ministério do Trabalho no quadro do Orçamento de Estado

Secção V – Síntese

35. Síntese sobre a evolução ocorrida nos quatro ciclos políticos

CAPÍTULO III

AS INSTITUIÇÕES E OS ORGANISMOS LABORAIS DE ORDEM INTERNACIONAL: A O.I.T., AS ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES E SINDICAIS MUNDIAIS E OS PARCEIROS SOCIAIS NA U.E.

1. Contextualização e Sistematização

Secção I – A Organização Internacional do Trabalho

2. O período histórico que antecedeu o seu aparecimento

2.1. As três fases que surgiram e o papel pioneiro da Suíça

3. A origem da O.I.T. e a sua estratégia básica

4. A estrutura interna da O.I.T.

4.1. A Conferência-Geral

4.2. O Conselho de Administração

4.3. A Repartição Internacional do Trabalho

5. O tripartismo e os seus actores

5.1. A evolução na estratégia tripartida

5.2. Outras modalidades de intervenção social

6. As convenções e recomendações da O.I.T.

6.1. A relação de causalidade entre convenções e recomendações

6.2. A temática cronológica abordada por estas convenções

7. Obrigações resultantes da aprovação de uma convenção

7.1. Queixa contra um Estado-membro por incumprimento de uma Convenção

7.2. Recepção das convenções na ordem jurídica portuguesa: o processo de ratificação

8. As convenções ratificadas e denunciadas por Portugal

8.1. A agregação das convenções ratificadas por grupos temáticos

8.2. Principais convenções ratificadas por Portugal

9. O papel da O.I.T. nos nossos dias

Secção II – As organizações sindicais e de empregadores mundiais e europeus

10. Introdução e contextualização

11. Referência histórica: as principais tendências sindicais
12. A organização sindical ao nível internacional
 - 12.1. A tentativa de unificação do movimento sindical mundial
 - 12.2. A criação da maior central sindical da história do sindicalismo: a C.S.I.
13. A organização sindical ao nível europeu
 - 13.1. A Confederação Europeia dos Sindicatos (C.E.S.)
 - 13.1.1. A estrutura da C.E.S.
 - 13.2. A Confederação Europeia de Quadros (C.E.Q.)
 - 13.2.1. A estrutura da C.E.Q.
14. A relação entre as confederações sindicais nacionais e as confederações sindicais mundiais e europeias
15. A Organização Internacional de Empregadores
 - 15.1. Fundação e missão
 - 15.2. A estrutura da O.I.E.
16. As organizações de empregadores a nível europeu
 - 16.1. A U.N.I.C.E.
 - 16.2. O C.E.E.P.
 - 16.2.1. A estrutura do C.E.E.P.
 - 16.3. Os objectivos pretendidos pelos empregadores europeus
17. A representatividade internacional das confederações de empregadores nacionais

Secção III – Os parceiros sociais na União Europeia

18. Conceito de diálogo social europeu
19. As origens do actual diálogo social europeu
20. Os três ciclos históricos
 - 20.1. O I Ciclo (1985/1991): período das declarações políticas
 - 20.2. O II Ciclo (1991/2000): a fase dos primeiros acordos-quadro
 - 20.3. O III Ciclo (2000/2008): a fase do aprofundamento do diálogo social
21. O Comité Económico e Social Europeu
 - 21.1. A estrutura e o trabalho do C.E.S.E.
 - 21.2. Os pareceres emitidos pelo C.E.S.E.

BIBLIOGRAFIA